

## Uma Ponte Para O Futuro: a Tensão Entre a Normatividade e o Mundo Vivido Habermasiano

Antônio da Silva Menezes Junior<sup>1</sup>, Iria Brzezinski<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Saúde pela USP, Doutor em Educação pela PUC- Goiás, Professor efetivo Adjunto I da Escola de Ciências da Saúde, Farmacêuticas e Biomédicas e Professor efetivo do PPGE (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação) da PUC-Goiás; a.menezes.junior@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Administração Escolar pela USP, Pós-doutora em Educação pela Universidade de Aveiro – Portugal, Professora Titular da PUC Goiás e Professora efetiva do PPGE (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação) da PUC-Goiás; iriaucg@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo aborda uma pesquisa qualitativa, teórica com análise documental e adota uma posição filosófica e sociopolítica a partir de referenciais habermasianos, sobretudo a Teoria do Agir Comunicativo (2012), sobre o projeto publicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de 2015/2016. Uma Ponte para o Futuro, em face de seus apontamentos, apresenta-se como uma hipermetropia diante do presente, um ofuscamento completo do passado e uma visão dupla perante o futuro. Instala-se doravante uma tensão entre o mundo vivido e mundo dos sistemas (Habermas, 2012) com a normatização, sem legitimidade e com legalidade, ao provocar um esgarçamento social e um retrocesso ao sistema educacional no Brasil. Conclui-se que ao trazer as relações dialógicas para o contexto atual, surgem as precárias democracias latino-americanas, com enormes desigualdades sociais e econômicas, com alto nível de corrupção na classe política e empresarial e ao dismantelamento dos estados nacionais, entendidos como estados de bem-estar social.

**Palavras-chave:** Políticas de Educação, Uma Ponte para o Futuro, Teoria do Agir Comunicativo.

### A Bridge to the Future: The Tension Between Normativity and the Habermasian Life World

**Abstract.** This article approaches a qualitative, theoretical research with documentary analysis and adopts a philosophical and sociopolitical position from Habermasian references, especially the Theory of Communicative Action (2012), about the project published by the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB) of 2015 / 2016. A Bridge to the Future, in the face of his notes, presents itself as a hypermetropia in the face of the present, a complete obfuscation of the past and a double vision towards the future. There is now a tension between the lived world and the world of systems (Habermas, 2012) with normatization, without legitimacy and with legality, by provoking a social breakdown and a regression to the educational system in Brazil. It is concluded that in bringing the dialogical relations to the present context, the precarious Latin American democracies arise, with enormous social and economic inequalities, with a high level of corruption in the political and business class and the dismantling of the national states, understood as states of social well-being

**Keywords:** Education Policies, Bridge to the Future, Theory of Communicative Action.

## 1 Introdução

É interessante a ideia de que o tema da democracia é praticamente onipresente na obra de Jürgen Habermas e não parece suscitar muita resistência. De fato, as suas análises acerca da noção de esfera pública, assim como seus trabalhos em torno de uma ética do discurso e de uma democracia deliberativa já se tornaram clássicos no campo da ética e da filosofia política contemporânea. No entanto, as pesquisas sobre este tema maior do pensamento do filósofo alemão costumam girar em torno de elementos de natureza mais normativa. É assim que diversas análises sobre a possibilidade

de uma esfera pública autônoma, sobre o caráter procedimental que os processos democráticos de formação da vontade política deveriam assumir, sobre uma teoria discursiva do direito, sobre a discussão em torno do princípio de universalização ou sobre as relações entre pragmática formal e racionalidade comunicativa ganham importante relevância, sendo Habermas considerado um importante teórico das sociedades capitalistas avançadas.

Na contramão de uma esfera pública autônoma e de uma pragmática formal e uma racionalidade comunicativa, com um modelo neoliberal reconfigurado a partir de 1980, a proposta do PMDB (2015/2016) “Uma Ponte Para O Futuro” assevera a diminuição do papel do Estado em favorecimento legitimado e legalizado à iniciativa privada, impactando de forma ostensiva sobre a Educação e a Saúde. Na educação brasileira, a interposição entre a educação pública e privada como uma arena de intensas disputas iniciou no período colonial - imperial, republica até a contemporaneidade. No período colonial, estas relações se caracterizavam pelas licenças, créditos, subsídios, autorizações, reconhecimentos e creditações concedidas e, a partir da república, realizadas pelo Estado, seus entes federados e seus governos.

Draibe, (1989), no que tange a relação público-privado, ressalta que o setor privado assume o significado bastante circunscrito ao mercado. Ademais, essa forma de entendimento do privado focaliza as empresas que atuam no mercado com seus objetivos essencialmente lucrativos. Assim sendo, políticas educacionais consideradas privatizantes são aquelas que envolvem o financiamento público de consumo de seus serviços, por meio de contratação, reembolso ou indenização dos consumidores, da adoção de tickets ou vales como pagamento direto dos provedores privados, a transferência da propriedade pública de estabelecimentos educacionais ou de infraestrutura para a propriedade privada.

Entretanto, a complexidade e a multiplicidade de novos arranjos para a oferta de bens e serviços têm levado os estudiosos das políticas sociais a considerar o setor privado e os movimentos de privatização, a partir de o Governo Temer, com uma amplitude cada vez mais significativa, denotando o desmonte do setor público sob uma agenda neoliberal e com a privatização excessiva do público. (Chomsky, 1997)

Ainda em conformidade as considerações de Draibe (1989) considera-se os diferentes mecanismos que levam a diminuição da presença do Estado e que incluem os movimentos de redução do investimento e gasto estatal, de supressão do papel produtivo e distributivo do Estado, ou mesmo restrição das atividades estatais reguladoras e de gestão. Essa perspectiva ampla também concebe o setor privado num sentido muito mais geral do que como sinônimo de setor privado lucrativo. Entendido como não-Estado, o setor privado passa a incluir atividades informais, associações voluntárias, corporações privadas não-lucrativas e organizações não-governamentais, que, em conjunto, formam o chamado setor privado não-mercantil, não-lucrativo ou terceiro setor .

As paulatinas privatizações do setor público não se inauguram a partir da gestão interina de Michel Temer e das características que se refazem perante o citado programa do PMDB (2015), elas (re) significam a continuidade, nos governos petistas, do viés privatizante legado do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e resultado da nova configuração imposta ao Estado brasileiro. Essa nova configuração promove mudanças quanto à natureza da dimensão pública do Estado, as quais, conforme já enfatizado, instalaram em seu interior a racionalidade econômica do setor privado, substituindo critérios republicanos de gestão social por critérios privatistas, pautados pela racionalidade, ou segundo Habermas (1997, 2003) a racionalidade normativa e procedimental do custo/efetividade, que desconhece a dimensão dos direitos sociais e, como consequência, privilegia a interlocução com os atores do campo empresarial.

No entanto, essa nova gestão pública educacional e sua investida contra a esfera pública, hegemônica nos governos tucano e petistas, não esteve isenta de crises, disputas e contradições nos períodos Lula e Dilma, muitas delas se encontram no Plano Nacional de Educação (PNE). Se os reformadores

empresariais nunca deixaram de atuar no âmbito governamental, dificultando reformas estruturantes e facilitando suas próprias reformas privatistas, também sofreram no último período o enfrentamento permanente por parte de projetos educacionais em defesa da escola pública de qualidade, estabelecidos na luta resistente de movimentos sociais populares e das organizações de educadores democráticos contra as políticas neoliberais de educação. Entre as conquistas institucionais alcançadas encontram-se a ampliação do financiamento por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Piso do Magistério, as Conferências e os Fóruns de Educação, o PNE 2014-2024, os Indicadores de Qualidade na Educação, as políticas de cotas sociais e raciais, a elevação do acesso às universidades e instituições públicas de Ensino Superior, a aumento significativo dos investimentos federais na área (Melo, 2012).

Do mesmo modo, o aumento dos setores privatistas, com suas estratégias de privatização da dinâmica escolar, também se concretizou na preparação do PNE e na desconstrução da seriedade da Conferência Nacional de Educação mediante a valorização dos decisores privados, tais como institutos e fundações vinculadas a bancos e empresas que influenciam diretamente e "por cima" a política educacional enquanto espaço coletivo de definição da política educacional e nas dificuldades de atuação do FNE.

Tais fatores se expressam claramente na constante mudança dos parceiros do MEC na elaboração e operacionalização das políticas, que agora já não são os professores e pesquisadores das universidades públicas ou as suas entidades representativas, sendo seu lugar ocupado por representantes de entidades e fundações privadas vinculadas ao setor empresarial lucrativo e aos grandes bancos. Essa mudança, já perceptível nas gestões de Lula e Dilma, chega ao seu ápice radical nos primeiros meses do governo Temer. Ocorre que, diversamente daqueles, nesse não há mais contrassenso ou resistência interna, passando o governo a operar como mediador de difusão da agenda indicada pelos reformadores empresariais da educação brasileira.

## 2 Metodologia

A pesquisa bibliográfica, para os pesquisadores, é um dos problemas mais sérios a serem equacionados. Em função da disponibilidade dos bancos de dados bibliográficos e da profusão de artigos científicos, torna-se um grande impasse a escolha dos artigos mais adequados na construção da argumentação teórica fundamental às pesquisas e textos acadêmicos. Dessa forma, cabe ao pesquisador estabelecer uma estratégia de pesquisa bibliográfica que tanto facilite a identificação dos principais trabalhos em meio a uma quantidade grande de possibilidades que permeiam a produção científica mundial, como garanta a capacidade de estabelecer as fronteiras do conhecimento advindo dos achados científicos. Para tanto, o uso de uma metodologia de avaliação por meio de um estudo bibliométrico pode ajudar a equacionar esses dilemas.

Segundo Pritchard (1969, p. 349), define-se bibliometria como “[...] todos os estudos que tentam quantificar processos de comunicação escrita [...]”, o que remete à conotação de análise estatística dos referências bibliográficos.

De acordo com Pao (1989), o conceito bibliometria refere-se a uma área de estudo que utiliza a estatística e a matemática com o intuito de quantificar os processos de comunicação escrita, oferecendo uma base quantitativa para o levantamento de informações documentais. Nesse sentido, a finalidade central da bibliometria é, com a utilização de métodos quantitativos, gerar uma avaliação objetiva de resultados da produção científica. Em seu estudo, o autor destaca alguns itens que podem ser utilizados como parâmetros para quantificar-se a literatura estudada como, por exemplo, veículos de publicação, autores, palavras-chave utilizadas, citações e publicações. Nesse sentido, Vanti (2002) define a bibliometria como conjunto de métodos de pesquisa utilizados para mapear a estrutura do

conhecimento em um campo científico através de uma abordagem quantitativa e estatística de diversos dados bibliográficos.

Dessa forma, a partir do tratamento de informações referentes aos autores das pesquisas, aos veículos de publicação, às instituições de pesquisa e às palavras-chave podem-se avaliar as tendências e o comportamento da produção científica desenvolvida sobre um tema específico. Para Lacerda, Ensslin e Ensslin (2012), o conceito análise bibliométrica tem como base a avaliação quantitativa de determinados parâmetros de um conjunto definido de artigos, denominado portfólio bibliográfico. Como parâmetros observáveis, destacam-se os artigos selecionados, suas referências, autores, número de citações e periódicos mais relevantes. Como resultado da análise bibliométrica, tem-se a gestão da informação e do conhecimento científico sobre um dado assunto.

Sendo assim, o estudo bibliométrico busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele. Parte do princípio de que, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento nessa linha de pesquisa deve ser mapeado para a construção do conhecimento a ela relacionado. Uma investigação dessa natureza é particularmente útil quando se inicia uma pesquisa exploratória em áreas de desenvolvimento incipiente.

Todavia, o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade. Assim como vincula pensamento e ação já que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (Minayo, 2001, p. 17). Desse modo, Minayo (1994) afirma que a objetivação não é realizável quando se trabalha com dados prioritariamente qualitativos, porque é impossível descrever a realidade com exata fidedignidade. Para a autora, a única forma de objetivação possível, nesse processo, consiste no “repúdio a neutralidade”, o que exige atenção do pesquisador para “reduzir os juízos de valores” ao máximo. Nesse sentido, os métodos e as técnicas de coleta e tratamento dos dados adquirem importância. Como a pesquisa bibliográfica tem sido um procedimento bastante utilizado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, reafirma-se a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos (tipo de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados) que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiarão todo o processo de investigação e de análise da proposta.

A análise explicativa das soluções é construída a partir dos dados obtidos nas obras selecionadas, conforme a metodologia proposta e baseada no referencial teórico construído para a pesquisa. Dessa forma, realiza-se a sua exposição sempre observando os procedimentos metodológicos definidos e as classificações realizadas de modo que esta fase ‘apresente os dados a partir da classificação referente ao conteúdo das obras pesquisadas’. Assim, nos itens que podem compor a análise explicativa das soluções, os dados obtidos podem ser apresentados em categorias conceituais, devendo sempre vir exemplificados com as afirmações dos autores, selecionadas como pertinentes ao tema/conceito em questão. É uma fase bastante ilustrativa, na qual o pesquisador procura demonstrar a validade das suas afirmações a partir dos autores pesquisado

A partir dos apontamentos acima, propõe-se uma pesquisa qualitativa, teórica com análise documental e adota uma posição filosófica e sociopolítica a partir de referenciais habermasianos, sobretudo a Teoria do Agir Comunicativo (1997/2012), da dialética materialista de Marx (2011) e dos apontamentos do economista francês Thomas Piketty (2014) sobre o projeto publicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de 2015.

### 3 Resultados

### **3.1 A teoria do agir comunicativo e a colonização do mundo da vida - encontros e desencontros com o temerário Governo Temer 2016**

Com a finalidade de correlacionar a teoria habermasiana com o contexto político-social e econômico atual do Brasil, se faz necessário o entendimento do conceito de Mundo da Vida e a importância do agir comunicacional na afirmação do Estado democrático de Direito ou na constatação da ação teleológica manipuladora que subtrai parte de esta realidade e fragiliza toda e qualquer possibilidade de obter a integração social por meio da democracia como princípio fundamental.

Mundo da vida é uma categoria fundamental na compreensão e apreensão da realidade concreta proposta por Habermas (2012) e que se materializa na sua Teoria sobre o Agir Comunicativo. O conceito de Mundo da vida foi criado por Husserl como parte de seu argumento sobre o afastamento das ciências modernas em relação ao horizonte de experiência e de sentido dos indivíduos comuns (tal horizonte cotidiano de experiência e de sentido era o significado original do conceito), o termo “mundo da vida” (Lebenswelt) foi depois incorporado por Heidegger ao projeto de Ser e Tempo, usado ocasionalmente por Sartre e Gadamer e tornado uma categoria central da sociologia fenomenológica de Schultz. Em Habermas (2012), o termo ganha novas conotações e marcada relevância tanto em sua pragmática universal quanto em seu diagnóstico da modernidade. Para tanto, deve-se distinguir entre dois sentidos de “mundo da vida” em Habermas: o sentido pragmático-linguístico e o sentido sociológico.

### **3.2 A colonização do mundo da vida pelo sistema**

A sociedade não é um sistema auto-regulado, cujas estruturas se equilibram através de padrões, como propõe a concepção funcionalista de Parsons; as teorias da ação e a do sistema diferem, tal como diferem a coordenação da ação pela comunicação linguística da ação movida por dinheiro e poder, que demandam cálculo, influência estratégica, ou que têm finalidade empírica.

O processo de modernização social provocou o "desacoplamento" entre sistema e mundo da vida, quer dizer, houve uma diferenciação entre eles, que não existia nas sociedades tradicionais. As organizações sistêmicas passam a dispensar os meios de comunicação linguísticos que servem ao entendimento, o comércio social se faz independentemente de normas e valores; ao mesmo tempo, os fundamentos prático-morais se tornam estranhos aos subsistemas da economia e da administração racional, como já vira Weber. O Estado e subsistema econômico penetram no mundo da vida que sofreu uma progressiva racionalização, com perda do potencial comunicativo. Sem violência estrutural, o sistema apodera-se da intersubjetividade.

A racionalização da ação administrativa e econômica levou o poder e o dinheiro a se "encravarem" no mundo da vida. A institucionalização jurídica cria as máquinas administrativas, neutraliza ou impede o exercício de normas. A diferença entre organização e personalidade, entre cultura e sociedade se dilui e os alicerces que surgem no mundo da vida (cultura, sociedade e personalidade) se coisificam, se tornam objeto de planificação a serviço do sistema, neutralizando a crítica e o fundo ético. A ação linguística que serve à integração social também é neutralizada. O controle do mundo da vida pelo direito formal resulta na juridicização das relações sociais. No lugar de sancionar, o direito acaba coagindo, sem levar em conta o lado prático-moral.

Com a organização jurídica e a neutralização ética, "a ação comunicativa perde sua base de validade no espaço interno das organizações", Habermas (2012, p. 440). A economia de mercado planificada, orientada pelo lucro, calcada na contabilidade racional. Enfim, a ação com respeito a fins produz mudanças na integração social. Por exemplo, novas formas de aprendizagem, especialmente o saber técnico. Mas, como as mudanças sociais se dão apenas no âmbito da ação social e não no âmbito do

sistema, a colonização do mundo da vida não suprime a esfera privada da família, a esfera da opinião pública, e a participação na integração social.

E ainda que os imperativos do sistema levam a trocar trabalho por salário, que a administração limite-se a arrecadar impostos, que decisões políticas sejam trocadas pela lealdade da população, a ação comunicativa não esmorece. É bem verdade que atualmente predominam os papéis de cliente, trabalhador, administrador, consumidor; como é necessário ajustar-se ao dinheiro e ao poder, estes acabam por controlar as vidas, os projetos, as decisões. Fala-se, então, em metas, relações e serviços, as estruturas simbólicas são burocratizadas, com a decorrente perda de sentido, fragmentação da personalidade, cultura do especialista guiado por atitudes cognitivo-instrumentais. A política resume-se em luta e exercício do poder, a vida prático-moral esvai-se em experiências vazias de expressão. O consenso pode servir como lealdade das massas, o Estado social distribui compensações, absorve prejuízos, proporciona segurança, corrige defeitos administrativos, planeja, enfim, sofre os efeitos da situação econômica. Ainda assim dispõe de soluções calcadas nos processos de integração social (ensino gratuito, por exemplo). Isso mostra que, mesmo sufocada pelo sistema econômico, a sociedade não pode prescindir das ações reguladas por normas e de pessoas utilizando-se de estruturas simbólicas.

Segundo Habermas (2007), um dos efeitos mais notórios da colonização é a "juridicização" (Verrechtlichung) que ocorre em dois setores, o da família e o da escola. O direito estendeu-se e solidificou-se, o que é positivo no processo de modernização. Mas há o outro lado, o direito codificado é usado estrategicamente para regular contratos. O Estado burguês de direito regulariza suas funções para poder administrar, além de ter um novo papel que é o de proteger a burguesia. Ao mesmo tempo em que o Estado democrático de direito assegura aos cidadãos participação e liberdade de escolha, os processos de legitimação passam pela juridificação. Os aspectos "da reprodução cultural, da integração social e da socialização se percebem arrastados abertamente pelo redemoinho da dinâmica do crescimento econômico e, com isso, pelo redemoinho da juridicização" (p. 520). Para tudo se requer respaldo legal.

Na família e na escola essa juridicização também se intensificou. O Estado regula, vigia, penetra nas relações familiares (métodos de natalidade, regulamentação do aborto, ingresso na escola, etc.). Na escola a sujeição aos aspectos funcionais do sistema é maior do que na família. O ensino mais democrático e a liberdade pedagógica têm como empecilho a barreira da profissionalização, e esta acaba por prevalecer. Outro problema é a ação pedagógica perder força diante de uma socialização escolar esfacelada em "um mosaico de atos administrativos impugnáveis" (Habermas, 2012, p. 525). Medidas disciplinares e burocratização do ensino desconhecem que há pessoas afetadas, que há seus interesses, desejos e projetos em jogo. Essas medidas ameaçam a liberdade pedagógica, a iniciativa. Qualificar-se fica sendo uma questão de regulamentos, o que inibe a criatividade, suprime a responsabilidade, leva ao imobilismo. A escola, que é por excelência o lugar da ação estruturada comunicativamente, se burocratiza e se torna prestadora de serviços. O que fazer?

Ao considerar o determinante econômico como uma categoria importante da análise desta pesquisa, a proposta de uma possível mudança paradigmática se mantém ainda centrada numa modernidade tardia, conforme os apontamentos econômicos que ditam as regras de uma nova ordem social globalizada, extremamente colonizadora do mundo vivido habermasiano, e que impactam sobremaneira na situação atual da política educacional brasileira.

### 3.3 Karl Marx, Piketty e as possibilidades de entendimento da conjuntura nacional na contemporaneidade

A definição do conceito de classe é a questão que Piketty (2014) se esforça para explicar o seu ponto de vista. Trata-se de um problema capital. O autor afirma, justamente, que as definições neste domínio não são insignificantes, ao considerar que toda a representação das desigualdades fundada num número de categorias limitadas está votada ao esquematismo já que a realidade social é, segundo o autor, uma repartição contínua, que poderá suprimir a realidade de classe para se manter em uma categorização por déciles e centiles de rendimento do capital e/ou do trabalho.

Com efeito, continuar com uma visão estatística a partir dos rendimentos extingue o lugar de uns e de outros nas relações sociais e em particular nas relações de exploração à base do próprio sistema capitalista. Além disso, negar a divisão da sociedade em classes e em particular em classes antagónicas conduz a aceitar essa divisão e a fazer do capitalismo o horizonte inultrapassável da história das relações sociais e, no melhor dos casos, a que Piketty se segura, preconizar uma humanização do capitalismo, como se tal pressuposto fosse possível dada a própria natureza desse sistema.

Nessas condições, Piketty (2014) permanece como o pensamento económico clássico e neoclássico da emergência de uma “classe média patrimonial” e, por que não, segundo os seus sinónimos perfeitos que são o capital e o património, uma «classe media capitalista». Afirma autor que esta inovação maior do século XXI constitui a principal transformação da repartição de riquezas no século XX e ainda acrescenta que esta classe média permitiu uma transformação profunda da estrutura social e política, constituindo uma afirmação audaciosa pois as camadas que chama médias não têm o poder, que já foi confiscado pelo grande capital e, como ele próprio afirma, ficam apenas com as migalhas.(p.410)

Ao comparar a desigualdade social do século XIX com o século XXI Piketty (2014, p.598) assevera: “é ilusório imaginar que existe na estrutura do crescimento moderno ou nas leis da economia de mercado forças de convergência que levem naturalmente a uma redução das desigualdades patrimoniais ou a uma estabilização harmoniosa”. Este reparo após longos desenvolvimentos sobre o crescimento das desigualdades deveria levar o autor a inquietar-se com as causas profundas desta situação. O autor também afirmar “Por razões tecnológicas, o capital desempenha hoje um papel central no processo de produção e, portanto na vida social” (p.619). Por que referir-se a razões tecnológicas se o capitalismo não coloca em ação as ciências e as tecnologias a menos que elas entrem numa estratégia adequada ao seu desenvolvimento. As razões são com efeito de ordem económica e política.

Piketty (2014) não se coloca a favor do capital, haja vista que se interroga sobre a evolução da progressão das desigualdades, quando afirma “Não arriscam as forças da mundialização financeira a levar, nos séculos que se abrem a uma concentração do capital ainda mais forte do que todas as observadas no passado, se é que o caso não é já esse?” (p. 685). Pode-se também observar que Piketty ao se debruçar com mais atenção sobre a obra leitura de Marx (1984) se sente convencido que, longe de uma visão apocalíptica, Marx tinha claramente previsto este fenómeno de concentração do capital e que Lenin juntou uma camada à espessura dessa observação ao descrever a formação de uma fase imperialista ligada à fusão do capital financeiro e industrial na constituição de monopólios. Realidades e fenómenos que inegavelmente aceleraram nos últimos decênios, inclusive nos traz o conceito de uma nova ordem social, ditada pelos os organismos internacionais capitalizadores do capital e com impactos profundos na reestruturação do Estado brasileiro, por meio da agenda do Governo Temer. Esta situação de crise sistémica exacerba os confrontos inter-imperialistas para a partilha e a (re)partilha do mundo e arrasta consigo conflitos armados conduzidos pelo imperialismo cujo preço sempre será pago pelos proletariado. Esta situação é a causa de recuos sociais e democráticos sem precedentes, e ameaça a paz mundial. Nessas condições, Piketty (2014) insiste em propor o rearranjo do capitalismo pela fiscalidade, a educação e a investigação, discurso recorrente dos reformistas de todos os matizes. Este rearranjo do capitalismo releva mais do sonho do que a realidade.

### 3.4 O mundo colonizado, a classe média patrimonial e as repercussões de uma Educação Temer(ária)

As reflexões sobre o neoliberalismo e a apagamento do Estado e a violência da “supressão” dos direitos sociais, em seu sentido mais amplo, pode ser compreendidas como uma forma de colonização do mundo objetivo e subjetivo de uma sociedade normatizada pelo mundo dos sistemas, que não atinge apenas os trabalhadores da educação, mas a todos os trabalhadores, a toda a sociedade civil.

O termo educação Temer(ária) (Betto, 2017) nos remete a situação emergencial de grande amplitude com repercussões teórico-práticas, epistemológicas e ideológicas para a educação no governo atual. Sumariamente, podemos evocar algumas distorções e desmoronamentos nas políticas educacionais, provocadas pelo atual governo Temer-Mendonça para a educação brasileira, a saber: a reforma do Ensino Médio, as tentativas de privatização da educação (mercantilização), a onda de repressão prometida e já em prática da chamada “Lei da Mordaza” (Escola sem Partido), a reforma do Ensino Médio e suas consequências para a juventude, a retirada das questões de gênero da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) entre outras.

Conforme com Frei Betto, A Educação Temer(ária) possui em série de equívocos que demandam esclarecimentos, quais sejam: O que se pretende ao falar em educação escolar? Formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho? Conceber diplomas que enriqueçam currículos? Favorecer o acesso a melhores salários? Essas questões são essenciais, sobretudo, considerando que grande parte delas, surge do ideário neoliberal e pós-moderno, cujas premissas se assentam, em pleno século XXI, na fé no livre mercado “como capaz de distribuir riquezas e sanar desigualdades sociais”; fato este nunca comprovado pelos fatos históricos (Betto, 2017). Outra questão a ser considerada nesse tipo de educação excludente e repressora, reside de que “a escolaridade deixa de cumprir o seu papel quando não forma consciência crítica e protagonismo social. A liberdade humana não pode ser confinada à mera escolha de diferentes produtos da prateleira do supermercado. Deve ter a como fundamento, não a preferência do consumidor, e sim os direitos do cidadão e da ética em sua amplitude social” (p.42). Na opinião do autor, não se pode educar sem suscitar nos educandos o sentimento de indignação diante das injustiças e a esperança da possibilidade da construção de outra sociedade calcada em outros valores humanos e societários.

Diante desse quadro, precisa-se, primeiramente, romper os paradigmas atuais e, nessa direção: pensar concretamente numa sociedade “para além do capital”; descolonizar nosso mundo da vida no âmbito político; gerar uma nova proposta civilizatória e, por fim, superar o modelo de sociedade organizada para atender às necessidades de acumulação para uma sociedade orientada para atender às necessidades dos seus cidadãos; pensar numa sociedade que supere a gestão privada dos bens públicos. Isso tudo, deve ser teoria e prática de um projeto de uma nova sociedade, com respeito aos direitos humanos e, sucessivamente, a (re) distribuição da riqueza que possa diminuir substancialmente a pobreza e a crescente desigualdade social.

#### 4 Conclusões

A riqueza gerada pela economia mundial é de cerca de 75 trilhões de dólares por ano. Se fosse distribuída por igual entre os habitantes do planeta, cada um teria uns 870 dólares mensais. Pelo câmbio atual, 2,2 mil reais. A realidade econômica varia pelo globo, então pode-se viver melhor ou pior com tal renda, dependendo do país – e das ambições individuais, claro. Entretanto, parece ser uma ilusão achar que todo mundo pode enriquecer trabalhando: a produção diária de riqueza é insuficiente, além do fato de que a criação de empregos tem, portanto, um efeito limitado na melhoria de vida das pessoas.

Para distribuir mais a renda, a solução parece ser a busca de fontes alternativas à riqueza gerada cotidianamente. Por exemplo: o patrimônio acumulado ao longo dos tempos pelos milionários. Imóveis, terrenos, ações, aplicações financeiras, artigos de luxo poderiam ser mais taxados pelos



governos e repartidos com as populações na forma de serviços públicos. Isso permitiria aliviar os impostos cobrados no consumo, punitivos dos mais pobres.

Uma característica marcante do plano ao promover o retrocesso e inviabilizar, sobretudo a Educação, a Saúde e a Cultura, pode ser evidenciada pela retirada gradual e processual, de forma manipuladora e teleológica de toda esperança para a população brasileira economicamente menos favorecida. Entende-se, de tal modo, que o projeto “Uma Ponte para o Futuro” não foi preparado para garantir pequenas conquistas sociais e a defesa da cidadania, mas uma resposta ao grande capital (Piketty, 2014), ao reduzir a educação brasileira à mercadoria. Instala-se doravante uma tensão entre o mundo vivido e mundo dos sistemas (Habermas, 2012) com a normatização, sem legitimidade e com legalidade, provocando um esgarçamento social e um retrocesso indiscutível ao sistema educacional no Brasil.

Pode-se, portanto, concluir que ao trazer as relações dialógicas para o contexto atual, surgem as precárias democracias latino-americanas, que são colocadas em xeque devido às enormes desigualdades sociais e econômicas entre a população, ao alto nível de corrupção na classe política e empresarial e ao desmantelamento dos estados nacionais, entendidos como estados de bem-estar social que deram lugar ao império de vorazes poderes econômicos regulados unicamente por sua capacidade de lucro e acumulação. A sensação geral de descrença e insegurança, em relação às instituições e à política, parece ser, por ora, uma situação sem retorno.

## Referências

- Betto, F. (2017) Educação Temer(ária). Revista Caros Amigos. Ano XIX, n. 239, p.30.
- Draibe, S. (1989) As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA & IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília.
- Chomsky, N. (1997) Segredos, mentiras e democracia. Brasília: Ed.UNB.
- Habermas, J. (1997) Direito e democracia: entre facticidade e validade (tomo I). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2003) Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2007) A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Editora Loyola.
- Habermas, J. (2012) Teoria do agir comunicativo (tomo II): sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Lacerda, R. T. O.; Ensslin, L.; Ensslin, S. R. (2012) Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. Gestão & Produção, v. 19, n. 1, p. 59-78.
- Marx, K. (2011) O Capital, São Paulo, Abril Cultural.
- Melo, A. (2012) Educação Brasileira e estratégias de sobrevivência do capitalismo. Revista Germinal: Salvador, v. 4, n. 1, p. 20-30.
- Minayo, M.C. (1994) O desafio do conhecimento. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.
- Minayo, M. C. (2001) Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Pesquisa

social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, p. 09-30.

Partido Movimento Democrático Brasileiro. (2015) Uma ponte para o Futuro. Brasil

Partido Movimento Democrático Brasileiro. (2016) A Travessia Social: uma ponte para o futuro. Brasília.

Pao, M. L. (1989) Concepts of information retrieval. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, Inc.

Piketty, T. (2014) O Capital no Século XXI. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Pritchard, A. (1969) Statistical bibliography or bibliometrics?. Journal of publication, v. 25, p. 348-349.

Vanti, N. (2002) Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Ciência da Informação, v. 31, n. 2, p. 152-162.